



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

| | |
|-----------------------|----------------|
| Publicação no D.O. nº | 30.372 |
| de | 30 02 05, às 6 |
| do | 5º |

RESOLUÇÃO Nº 7.744/2005/TCM/PA

Dispõe sobre o recebimento de defesas, recursos e outros documentos pelo Tribunal.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição, no âmbito de sua competência e jurisdição, por intermédio da expedição de atos e instruções normativas de cumprimento obrigatório, sob pena de responsabilidade e aplicação das sanções, na forma dos artigos. 27 da Lei Complementar nº 25 de 05 de agosto de 1994, e art. 55, III, alínea c, do Ato nº 09 de 9 de fevereiro de 1995 e considerando ainda:

A premente necessidade da criação de métodos e instrumentos de agilização nas ações de fiscalização a cargo do controle externo que lhe cabe, inclusive no que tange ao protocolo de documentos e à instrução processual;

RESOLVE :

Art. 1º – Nos termos do art. 68, §§ 1º, 2º e 3º do Regimento Interno deste Tribunal, nenhum documento será recebido em sua sede ou Inspetorias Regionais, senão mediante protocolo, ocasião em que será fornecido o respectivo recibo, inclusive com o número do processo ao qual o documento se refere, quando for o caso.

Art. 2º - Na apresentação de defesa ou interposição de recurso, o interessado obrigatoriamente encaminhará em anexo, conforme a hipótese, cópia da citação, cópia do Diário Oficial ou outro documento por meio do qual tomou conhecimento da decisão; nos demais casos, cópia do expediente que o intimou ou notificou a prestar informações ou remeter documentos.

Art. 3º – Os documentos relacionados no art. 30 da Lei Complementar nº 25/94, somente serão recebidos no Tribunal dentro do prazo estabelecido naquele artigo.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

| | |
|------------|-----------------|
| Petição nº | 30372 |
| de | 30-02-05, às 6h |
| do | 5º |

Parágrafo único - Os contratos, inclusive de admissão de servidores temporários, convênios e termos aditivos, atos de aposentadoria e pensão, para serem recebidos devem também atender as orientações contidas nas Instruções Normativas Nos. 004 e 005 de 04 de setembro de 2003, publicadas no Diário Oficial do Estado nº 30.027 de 11 de setembro de 2003.


Art. 4º - Ao Setor de Protocolo e Inspetorias Regionais, fica atribuído o encargo de aferir a tempestividade dos atos processuais, negando recebimento se excedido o prazo legal, regimental, ou aquele assinalado no ato que determinou o cumprimento de providência.

Art. 5º - Excepcionalmente, será concedida prorrogação de prazo quando fundada em fato decorrente de caso fortuito ou força maior, em qualquer hipótese mediante petição fundamentada submetida à decisão do Presidente do Tribunal.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 27 de janeiro de 2005.


Conselheiro Presidente **Aloisio Chaves**


Conselheiro **Alcides Alcântara**


Conselheiro **Ronaldo Passarinho**


Conselheira **Rosa Hage**